



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0022002-59.

2013.8.17.0001 (0332732-0)

AGRAVANTE(S): FUNAPE-FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO(S): EDSON CARNEIRO DE ALMEIDA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

EMENTA. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. AFRONTA À RESERVA DE PLÊNÁRIO. NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.

1. Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento à Apelação e ao Reexame Necessária, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.
3. O reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente, por si só, para implicar do deferimento do pedido em favor do agravado, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 15/06/2012.

4. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

5. Agravo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0332732-0, em que figuram como Agravante e Agravado FUNAPE e EDSON CARNEIRO DE ALMEIDA, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, em sessão realizada no dia 26 / 09 / 2014, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0332732-0**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 26 de 09 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0022002-59.

2013.8.17.0001 (0332732-0)

AGRAVANTE(S): FUNAPE-FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO(S): EDSON CARNEIRO DE ALMEIDA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo FUNAPE, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos da Apelação Cível nº 0332732-0, que negou seguimento à Apelação e ao Reexame Necessário, para assegurar ao autor o direito à percepção do valor da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.

Irresignada com a decisão singular proferida por esta relatoria, A FUNAPE ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, a inexistência do direito de percepção à Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo(Policial Militar) e o desrespeito à cláusula de reserva de plenário.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557,§1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 26 de 09 de 2014 .

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0022002-59.
2013.8.17.0001 (0332732-0)**

**AGRAVANTE(S): FUNAPE-FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

AGRAVADO(S): EDSON CARNEIRO DE ALMEIDA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

“Trata-se de apelação/reexame necessário contra sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital que, em sede de Ação Ordinária (Processo nº 0022002-59. 2013.8.17.0001), julgou procedente o pedido do autor, revogando a decisão de indeferimento da tutela, determinando à parte ré, ora apelante, que proceda com a incorporação nos contracheques do demandante a parcela referente à Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como condenou a ré ao pagamento das parcelas inadimplidas a contar do ato de aposentadoria, acrescidas de correção monetária pela tabela ENCOGE, a contar do inadimplemento de cada parcela, e juros de mora, a contar da citação(art.219, caput, CPC), no percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009. Condenou o réu ainda em honorários no valor de R\$ 1.500(mil e quinhentos reais).

Apelação recebida em seu duplo efeito.

Em suas razões recursais, a FUNAPE relata: a) a natureza *propter laborem* da gratificação perquirida e sua não extensão automática e indistinta em caráter geral e permanente a todos os ativos, bem como a vedação expressa à sua incorporação a proventos ou pensões; b) afronta ao art. 169, CF/88, no sentido de ser vedada a concessão de aumento remuneratório sem que haja prévia dotação orçamentária e autorização específica em lei de diretrizes orçamentárias; c) afronta ao art. 195, §5º, da CF/88, pois nenhum benefício de seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total; d) afronta ao art.37, caput e

Inciso X, da CF/88, ou seja, aos princípios da legalidade e da legalidade estrita.

186
S

Foram ofertadas Contrarrazões.

A Douta Procuradoria de Justiça Cível, em seu parecer, opina pelo conhecimento do recurso que paira sobre a sentença, para que seja dado provimento ao Apelo, reformando a decisão, por entender que não se aplica ao apelado a paridade remuneratória entre ativos e inativos, consoante o art. 14, da Lei Complementar Estadual nº 59/2004.

É o essencial a relatar. Decido.

Revendo o juízo de admissibilidade do recurso, observo que a presente apelação apresenta-se tempestiva.

O autor, ora apelado, ajuizou ação ordinária contra o ESTADO DE PERNAMBUCO alegando que, teve excluída de seus proventos/pensão o valor da gratificação de policiamento ostensivo, instituída pela LCE 59/2004, a qual, por ser uma gratificação de caráter geral, deveria ser extensível a todos os inativos e pensionistas. Assim requereu, como antecipação de tutela, a implantação imediata da referida gratificação em seus proventos/pensão. No mérito, requereu a inclusão definitiva em seus proventos/pensão dos valores retroativos da citada gratificação desde a entrada em vigor da LC 59/2004, respeitada a prescrição quinquenal.

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.

187
Verifico que o tribunal já analisou diversos casos semelhantes ao ora tratado, tendo firmado entendimento no sentido de que a gratificação de policiamento ostensivo é extensível aos policiais militares aposentados e aos pensionistas.

Vejamos os citados:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. EXTENSÃO BENEFÍCIO. PENSIONISTA. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.1- Cuida-se de Recurso de Agravo, previsto no §1º do art. 557 do CPC, interposto à iniciativa da FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, contra decisão terminativa que negou provimento ao Agravo de Instrumento nº279105-1, para manter na íntegra a decisão vergastada, com vistas à manutenção da liminar que deferiu a implantação de imediato da gratificação de risco de policiamento ostensivo em seus proventos. 2- Por esse agravo legal, deduz, inicialmente, o recorrente, que incorreu em desacerto a Relatoria originária, posto que ao contrário do que esta relatoria afirmou, a inclusão no benefício de pensão por morte da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, tem-se a ausência de direito da parte autora, ora recorrida, posto que se trata de verba de natureza condicional, variável precária e provisória, concedida ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos termos de sua Lei instituidora, vale dizer, Lei Complementar nº59/04.3- Por fim, requer seja efetuado o juízo de retratação e, caso assim não entenda, requer seja apresentado o processo em mesa, para que o órgão competente reforme a decisão para que o agravo de instrumento seja julgado totalmente improcedente. 4- Não existe qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão trancatória tomada por esta Relatoria. 5- A discussão de fundo já se encontra pacificada no plano local, consoante demonstram os precedentes: Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008; Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008.6- De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".7- Por sua vez, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.8- Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria

108
atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.9- Com essas considerações, não resiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria. 10- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo. RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº0013193-20.2012.8.17.0000 (0279105-1) RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR.RELATOR SUBSTITUTO: JUIZ JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.1- Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que deu provimento parcial à Apelação Cível.2- A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.3- Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.4- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade (RA 11174140-8/01, 7CC, Rel. Des. João Bosco, julgado em 24/03/2009). **CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO DE RISCO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXETENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS À UNANIMIDADE.** 1.A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela LC Estadual nº 59/04, por se tratar de gratificação de caráter geral, consubstanciando vantagem inerente a todo efetivo da Polícia Militar em decorrência da atividade fim da corporação, conforme disposto nos §§ 7º e 8º do art. 40 da CF/88, há de ser paga também aos militares reformados ou transferidos para reserva remunerada, bem como aos pensionistas. 2.Não restaram, vulnerados os arts. 40, §§ 7º e 8º, 37, X, e 97, todos da CF. 3.Aclaratórios improvidos. 4.Decisão unânime. (ED 130498-1/02; 8ª Câmara Cível; Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto; DJ 18/3/2010). (grifo nosso)

Em mesmo sentido, temos julgado do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO PROVISÓRIA. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO INATIVOS. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPECIAL JULGADO. NÃO-CABIMENTO. 1. A Gratificação Provisória, prevista no art. 13 da Medida Provisória n.º 1.587/97, convertida na Lei n.º 9.651/98, tem caráter geral e linear, pois o seu recebimento não está condicionado ao cumprimento de qualquer exigência por parte dos servidores ativos. Dessa forma, é extensível aos inativos e pensionistas o direito à gratificação provisória, por força do disposto no art. 40, § 4.º, da Carta Magna. 2. O sobrestamento, previsto no art. 543, § 2º e § 3º, do CPC, é ato discricionário do julgador, e

189
tem lugar nos casos em que o recurso extraordinário interposto é predominante e prejudicial ao julgamento do apelo especial. 3. Inviável formular pedido de sobrestamento do recurso especial, em face de sua prejudicialidade, após o julgamento realizado com fulcro no art. 557 do CPC. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 04/12/2008).

Por fim, não há que se falar em afronta aos art.37, X, art.169 e 195, §5º, todos da CF/88, pois não se trata de aumento de remuneração, proventos ou pensão, mas do atendimento à regra da paridade entre ativos, inativos e pensionistas.

Nesse sentido, colaciono, a seguir, jurisprudência do STF e deste Egrégio Tribunal:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. *In casu*, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO E DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de

190
5

Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 686995 AgR / PE – PERNAMBUCO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Relator(a): Min. LUIZ FUX Julgamento: 28/08/2012 - Órgão Julgador: 1ª Turma) (grifo nosso)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Observa-se que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 3. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88). 4. Por outro lado, a gratificação de risco de policiamento ostensivo, conforme explanado na decisão guerreada, foi criada pela Lei Estadual nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. 5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 7. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação

195
anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados. 8. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 9. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 10. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos (214554-6/01, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8CC, DJ 23/9/2010). (grifo nosso)

Isto posto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento** ao apelo e ao reexame necessário, em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos”.

Quanto ao afastamento da hipótese de incidência acarretar os mesmos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, *in casu*, tenho que não se aplica, pois a matéria ora discutida já se encontra pacificada no plano local, de forma que o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente, por si só, para implicar do deferimento do pedido em favor do agravado, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 15/06/2012.

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente **Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.

Recife/PE, 26 de 09 de 2014 .

Des. José Ivo de Raula Guimarães
Relator Substituto